



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010637-51.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gestante / Adotante / Paternidade**
 Requerente: **Silvia Martins da Silva**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

A parte autora foi contratada sob a égide da Lei Complementar nº 1.093/09, que, em seu art. 10, estabelece, em relação aos docentes admitidos de acordo com o sistema ali instituído, a aplicação subsidiária da Lei Complementar nº 444/85.

Já a Lei Complementar nº 444/1985, dispondo sobre o magistério paulista, no art. 96 determina a aplicação subsidiária do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Este, por fim, em seu art. 198, com a redação dada pela Lei Complementar nº 1.054/08, assegura a licença em discussão nos autos pelo tempo de 180 dias.

Tem-se portanto que o encadeamento das remissões normativas garante à parte autora o mesmo direito que os servidores públicos concursados.

Não se nega que o raciocínio não deve ser simplista, pois a distinção de regimes jurídicos subsiste e as remissões legais acima transcritas devem ser adaptadas à consideração relevante de que a contratação da parte autora é de natureza temporária.

Todavia, quanto ao direito que aqui nos toca, de licença gestante, mesmo reconhecendo-se a distinção de regimes jurídicos pela forma de admissão, não existe qualquer diferencial relevante para tratar de modo discriminatório a parte autora.

É esse o entendimento da jurisprudência do Tribunal de Justiça:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Professora admitida pela Lei Complementar nº 1.093/2009. Prorrogação do período da licença maternidade para 180 dias, nos termos da Lei Complementar nº 1.054/08. Admissibilidade. Aplicabilidade dos arts. 7º, XVII e 39, § 2º e 3º da Constituição Federal e do art. 198 da Lei 10.261/68. Precedentes. Sentença mantida. Reexame necessário e recurso voluntário improvidos. (Ap. 1007840-95.2016.8.26.0127, Rel. Claudio Augusto Pedrassi, 2ª Câmara de Direito Público, j. 02/05/2017)

No mesmo sentido: Ap. 1002895-74.2016.8.26.0609, Rel. Décio Notarangeli, 9ª Câmara de Direito Público, j. 19/04/2017; Ap. 0000340-42.2015.8.26.0543, Rel. Oscild de Lima Júnior, 11ª Câmara de Direito Público, j. 18/04/2017; Ap. 1012039-41.2015.8.26.0566, Rel. Kleber Leyser de Aquino, 3ª Câmara de Direito Público, j. 07/03/2017; Ap. 0006117-47.2015.8.26.0045, Rel. Marrey Uint, 3ª Câmara de Direito Público, j. 07/02/2017.

Por, não conhecerei do pedido de fls. 35/36 e de fls. 7, Item "c", no sentido de que a ré seja compelida a pagar valores em atraso, vez que inepto o pedido no ponto, já que deveria ter sido deduzido de modo determinado, mas, não o sendo, violou-se o disposto no art. 324 do CPC e no art. 14, § 1º, III da Lei nº 9.099/95, não se tratando de hipótese em que seja cabível o pedido genérico. Se não houver o pagamento na esfera administrativa, deverá ser proposta ação específica.

Ante o exposto, conheço em parte da ação e, na parte conhecida, julgo-a procedente para, confirmada e tornada definitiva a liminar, condenar o réu na obrigação de fazer de ampliar a licença gestante concedida à autora de 120 para 180 dias.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 13 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**